

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 24

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Greve de auditores fiscais e sessões virtuais levam a adiamentos de casos na Câmara Superior do Carf ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo avalia recuar de MP que reonera a folha de pagamentos ..... 5

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad prevê impacto de R\$ 32 bilhões com desoneração ..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP da reoneração na agenda com Lula e Lira ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad debate reoneração com Lula ..... 10

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo deve editar nova MP sem a reoneração ..... 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção do IR para 5 mil aposentados ..... 12

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - SAÚDE  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS testa inteligência artificial para identificar fraudes ..... 15

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS testa a IA para combater fraudes ..... 16

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Combate à fraude ..... 17

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA/ BRASIL/ MUNDO  
SEGURIDADE SOCIAL

Antecipação do INSS apenas em cidades em calamidade pública ..... 18

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Peritos médicos do INSS realizam paralisação de 24 horas hoje ..... 19

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tribunal estuda novas faixas e alíquota maior ..... 20

PORTAL UOL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Enigma fiscal decifrado: déficit zero só com receitas que compensem gastos ..... 22

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Apostas esportivas pagam menos imposto que bebida ..... 24

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Serviço pode ser enquadrado no IS em 2027 ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Promulgação da primeira fase da reforma tributária traz aspectos positivos e preocupantes  
(Artigo)

..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Meta é regulamentar reforma tributária neste ano, diz Appy ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setores da economia temem ficar de fora de discussões ..... 30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É preciso falar do combate à desigualdade no mundo (Editorial) ..... 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mundo pode ter 1º trilionário em dez anos, diz relatório anual da Oxfam ..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Confederações vão ao STF contra isenção até US\$ 50 ..... 34

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - SAÚDE E BEM ESTAR  
ECONOMIA

Lula sanciona revisão anual de pagamento de serviços ..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Tesouro lança título exclusivo para mulheres ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Nova dinâmica deve gerar R\$ 65 bi extra até 2025 ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Dólar tem maior alta em dez meses com escalada de riscos ..... 40

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Dólar sobe em meio a incertezas sobre juros ..... 42

# Greve de auditores fiscais e sessões virtuais levam a adiamentos de casos na Câmara Superior do Carf

*Beatriz Olivon De Brasília*

O governo federal poderá ter dificuldades para arrecadar o que projeta por meio do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Ontem, na retomada dos julgamentos pela 1ª Turma da Câmara Superior, última instância do órgão, 55 dos 75 casos previstos para a semana foram retirados da pauta. Dois deles envolvem grandes empresas e valores bilionários.

Um dos motivos é o fato de serem julgamentos virtuais e haver, nesses casos, a possibilidade de advogados ou procuradores pedirem a retirada dos processos para que sejam julgados presencialmente. O que prejudica também os trabalhos do **Carf**, desde o ano passado, é a paralisação dos auditores fiscais da **Receita Federal**, que reivindicam o cumprimento de acordo firmado para o pagamento do bônus de produtividade.

O **Carf** era uma das apostas do governo federal para arrecadação em 2023. No fim do ano, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou, em coletiva de imprensa, que a volta do voto de qualidade ao **Carf** - o desempate pelo presidente da turma, representante da Fazenda - não gerou as receitas previstas, mas que teria impacto em 2024.

Em novembro, o estoque do **Carf** estava em R\$ 1,155 trilhão.

Quase um terço do valor está concentrado em 174 processos, que discutem cobranças acima de R\$ 1 bilhão. Dois deles estavam pautados para esta semana, mas foram retirados da pauta.

Um dos casos envolve a Telefônica. Envolve cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL por amortização indevida de ágio, no valor de R\$ 4,9 bilhões. O outro caso discute uma multa qualificada - de 150% - no valor de R\$ 4 bilhões recebida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em razão da greve dos auditores fiscais, as sessões na Câmara Superior têm que ser realizadas

com quórum paritário - quatro conselheiros indicados pela Fazenda e quatro pelos contribuintes. No entanto, embora os representantes da Fazenda tenham comparecido, pediram a retirada de pauta de seus processos.

A decisão do STJ atendeu a pedido apresentado pela Advocacia Geral da União (AGU). "Não relataremos em respeito a nossos colegas auditores que se encontram em greve. Por decisão também em assembleia do nosso sindicato", afirmou ontem, na sessão, o conselheiro Fernando Brasil de Oliveira Pinto, representante da Fazenda.

O conselheiro destacou que ainda não foi cumprido o acordo feito em 2016 para o bônus de eficiência e que o valor, que vem sendo pago temporariamente, poderá, inclusive, ser reduzido, após decreto editado em 2023.

Em dezembro, 70% dos representantes da Fazenda pediram renúncia coletiva, o que demonstra o alto grau de insatisfação da categoria, segundo informou, no início da sessão, o conselheiro Luiz Tadeu Matosinho Machado. Ele afirmou que a situação está indefinida há muito tempo, mas que ele e os demais conselheiros representantes da Fazenda vão cumprir a decisão judicial e participar dos julgamentos, garantindo a paridade.

"Nós, conselheiros da 1ª Turma, demos o maior voto de confiança possível durante muito tempo, não paralisamos nossas atividades, apesar de apoiarmos a manifestação anterior dos auditores. Fomos até o limite da nossa condição de participação e percebemos que toda essa entrega e esforço não parece repercutir no sentido de resolução da questão", disse.

Os pedidos de retirada de processos da pauta, de acordo com o ex-conselheiro Caio Cesar Nader Quintella, da Nader Quintella Consultoria, são um desdobramento natural e "um efeito esperado" da tentativa de se prosseguir com o funcionamento normal do tribunal durante o enfrentamento da greve, ao invés de se aguardar uma resolução, como feito nas últimas vezes.

A paralisação dos auditores fiscais tem como uma das reivindicações centrais o cumprimento integral do Plano de Aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundai) para o ano de 2024. Segundo o sindicato da categoria, há sete anos, os auditores fiscais aguardam a concretização do acordo que deu origem à Lei nº 13.464, que prevê o pagamento de bônus de eficiência, um adicional à categoria. Apesar da regulamentação em 2023, o projeto de lei orçamentária anual (PLOA) não prevê recursos para a sua efetiva realização.

Os julgamentos da 1ª Turma da Câmara Superior do **Carf** seguem até amanhã. As chamadas "turmas baixas", que analisam os casos antes da Câmara Superior, também realizam sessões - nesta semana são os processos da 2ª Seção. Nas próximas semanas, há previsão de julgamentos nas outras duas seções de julgamento, tanto na Câmara Superior quanto nas turmas baixas.

Procurado pelo Valor, o Ministério da Fazenda não deu retomo até o fechamento da edição.

"Adiamentos são um efeito esperado da tentativa de se manter o **Carf** em funcionamento" CaioN.Quintella

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187765>

# Governo avalia recuar de MP que reonera a folha de pagamentos

**MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA**

O governo avalia recuar da medida provisória baixada na véspera do Ano-Novo que revogou a política de desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos. A iniciativa foi mal recebida por parlamentares, que pressionam o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSDMG), a devolver a MP.

Em reunião com Pacheco na noite de segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ouviu que a desoneração prorrogada pelo Congresso precisa ser respeitada, tanto a aprovada para os pequenos municípios quanto a dos 17 setores econômicos.

Por isso, o trecho da medida provisória que trata desses temas é tratado como "condenado" no meio político.

Autor do projeto que prorrogou a desoneração da folha até 2027, o senador Efraim Filho (União-PB) diz não haver outro caminho senão a rejeição da MP, já que o Congresso deliberou pela permanência da política.

Ainda não há decisão sobre como será o desfecho do impasse, mas o arranjo que se constrói hoje prevê que o governo edite uma nova MP revogando os trechos da anterior relativos à desoneração, e mantendo os demais temas (como o limite para compensações tributárias e o fim do programa emergencial para o setor de eventos).

As negociações prosseguem porque Haddad deverá consultar também o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ontem, ele também se reuniu com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e com o líder do PT na Câmara, Odair Cunha (PT-MG). "Veremos como as coisas caminham. Pode ser que antecipemos uma decisão antes do fim do recesso (parlamentar)", disse Haddad após o encontro.

O Ministério da Fazenda defende o mérito da MP, com o argumento de que ela foi necessária porque o custo da desoneração, da ordem de R\$ 16 bilhões neste ano, não consta do Orçamento e executá-la, sem uma fonte de receita definida, infringiria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Assim, ainda que seja forçada a recuar, a Fazenda

deseja apresentar um projeto de lei para estimular o debate sobre o mérito da política, tentando fixar uma transição, mesmo que alongada, para que haja um "desmame" gradual dos setores atendidos. O argumento é de que o programa é temporário, mas vem sendo prorrogado ininterruptamente desde 2011, quando foi criado.

Entre os senadores, a discussão sobre uma transição para a reoneração é válida, mas só deve ocorrer a partir de 2027. Isso porque o projeto de lei aprovado pelo Congresso no ano passado prevê a validade da medida até lá.

"FÁCIL DIGESTÃO". Os demais temas são considerados de "mais fácil digestão" pelo governo, mas a sua validade depende principalmente de Lira.

A MP extinguiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), iniciativa elaborada na Câmara dos Deputados pelo líder do PSB, Felipe Carreras (PSBPE), que é próximo de Lira, e teve amplo apoio na Casa.

O governo alega que o Perse, avaliado inicialmente em R\$ 4 bilhões por ano, excedeu a despesa quando os deputados aprovaram o benefício. A expectativa é de que o governo apresente um projeto de lei para tratar do programa ou crie uma maneira de reduzi-lo na nova MP, em acordo com Lira.

O terceiro ponto, a compensação tributária, não sofreu resistência no Senado e pode seguir valendo por meio da MP original. O governo impôs um limite para os contribuintes que desejam fazer um encontro de contas com o Fisco, caso tenham obtido vitórias judiciais.

A reunião entre Haddad e Pacheco durou cerca de duas horas e teve a participação do líder do governo no Senado, Jaques Wagner. Na saída, Wagner falou aos jornalistas que a MP não seria devolvida por Pacheco, como queriam os líderes do Senado, e disse acreditar que a solução só deverá ocorrer em fevereiro, na volta dos trabalhos no Parlamento.

TAXAÇÃO DE COMPRAS. A tributação das compras de até US\$ 50 em sites estrangeiros foi uma das propostas colocadas sobre a mesa na discussão entre Pacheco e Haddad para compensar parte dos custos

com a desoneração.

A **Receita Federal** faz estudos para verificar que alíquota é possível fixar sem que haja um dano a esse mercado.

No ano passado, com a cobrança do imposto estadual (ICMS) de 17%, a Receita registrou uma queda de 34% nessas compras, e o risco é que, com a inclusão da taxa federal, o fluxo de comércio diminua a ponto de não gerar a arrecadação pretendida pelo governo.

Cinco frentes parlamentares são favoráveis à tributação, alegando que essas compras vêm prejudicando a indústria e o comércio locais. Líder da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) diz que a tributação não precisa passar pelo crivo do Congresso. "Basta o governo revogar uma portaria (que isentou essas compras)." Para ele, há espaço para se discutir a política de desoneração na Câmara porque os deputados de perfil empresarial desejam incluir outros setores no programa. "Seria uma oportunidade de remodelar o sistema e achar uma forma de compensar", disse Passarinho.

Alternativa Para compensar o revés na reoneração, governo analisa a tributação de compras de até US\$ 50

Queda de braço!

Mal-estar entre o Planalto e o Congresso

Desoneração

No dia 28 de dezembro passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo estava baixando uma medida provisória (MP) que reonerava a folha de pagamento de 17 setores da economia

Congresso

O texto contrariava uma MP que havia sido aprovada pelo Congresso em novembro de 2023, que renovava a desoneração da folha de salários até 2027. O Ministério da Fazenda alegou que a decisão do Legislativo era inconstitucional

Embate

A iniciativa do governo gerou mal-estar entre o Planalto e o Legislativo. A interlocutores, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a MP seria devolvida sem ser analisada

Articulação Na segunda-feira, Pacheco se reuniu com Haddad e governistas para tentar encontrar um meio-termo para o tema

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Haddad prevê impacto de R\$ 32 bilhões com desoneração

A renúncia fiscal com a derrubada do veto à desoneração da folha de pagamento e com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) está estimada em R\$ 32 bilhões para este ano, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele deu os números após o governo refazer os cálculos do impacto das medidas.

Desse total, R\$ 12 bilhões correspondem à prorrogação da desoneração da folha de pagamento, estendida para 2027. Já R\$ 4 bilhões dizem respeito à redução da alíquota de contribuição para a **Previdência Social** por pequenos municípios e R\$ 16 bilhões vêm do Perse. No fim do ano passado, o governo editou uma medida provisória (MP) que extinguirá progressivamente os benefícios.

Haddad informou que se reunirá hoje (17) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir os resultados das primeiras negociações em torno do tema com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. O ministro também disse que conversará pessoalmente com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, nesta quinta (18) ou sexta-feira (19). Haddad afirmou ter conversado por telefone com Lira.

Na tarde de ontem, Haddad se reuniu com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, com o líder do Governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), e com o líder do Governo no Senado, Jacques Wagner (PT--BA), para discutirem a agenda legislativa da área econômica para 2023. Além da busca por um acordo sobre a MP que reonerará a folha de pagamentos, o encontro discutiu a regulamentação da **reforma tributária** e medidas do Plano de Transformação Ecológica, como o mercado de carbono.

## Gradualidade

Reafirmando o compromisso com o equilíbrio fiscal neste ano, Haddad defendeu uma redução gradual da desoneração da folha de pagamento. Segundo ele, o procedimento segue o modelo da **reforma tributária**, que estabelece a redução escalonada dos benefícios fiscais.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/17-01-2024-edicao24746/>

# MP da reoneração na agenda com Lula e Lira

»»*edla lula*

A medida provisória da reoneração da folha de pagamentos será tema de reunião, hoje, entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Desde que a MP foi anunciada, no último dia útil do ano passado, parlamentares vêm pressionando para que o Congresso devolva o texto.

O governo, agora, tenta negociar com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), alternativas que possam viabilizar o teor da MP, sem provocar os parlamentares. Haddad esteve com Pacheco na segunda-feira e deve se encontrar com Lira amanhã.

Segundo o ministro, a edição da MP foi necessária para cobrir o buraco de R\$ 32 bilhões em renúncias fiscais que não estavam previstas no Orçamento de 2024.

"Sempre procuro esclarecer os valores que estão envolvidos [nas propostas]", disse Haddad a jornalistas, após se reunir para tratar do assunto com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e com o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Ele voltou a afirmar que o Perse - programa criado para socorrer empresas do setor de eventos na época da pandemia - significou a renúncia de R\$ 16 bilhões, o que deve se repetir este ano.

A desoneração da folha de pagamentos terá impacto de R\$ 12 bilhões no Orçamento de 2024. O mesmo projeto que prorrogou a desoneração da folha estendeu o benefício a municípios menores, o que vai gerar outra renúncia, de R\$ 4 bilhões. "Tudo somado, estamos falando de R\$ 32 bilhões que não estão previstos no Orçamento", reforçou o ministro.

Ele citou ainda outros R\$ 200 bilhões referentes a compensações de créditos tributários que afetaram negativamente a folha de pagamentos no ano passado e, por isso, o governo buscou corrigir com a MP.

Um de seus dispositivos criou o limite mensal para compensação de créditos tributários em valores acima dos R\$ 10 milhões. "Isso passa agora por um

disciplinamento, que dá capacidade de planejamento para o Estado brasileiro", comentou.

Por se tratar de um ano eleitoral, um dos temas mais sensíveis da MP é o fim da desoneração dos municípios. Por isso, a reunião de hoje, com Lula, buscará levantar respostas para as entidades que representam os municípios. "Há um compromisso nosso, desde o ano passado, de que vamos sentar com as representações municipalistas para encontrar um caminho que caiba no Orçamento, para que não haja problema de execução", destacou.

Haddad descartou qualquer conflito com o Congresso e disse que o governo está aberto a ouvir novas sugestões. "Não existe tensão entre os Poderes. A Fazenda negociou projetos complexos, difíceis, que ninguém sequer apostava em sua aprovação.

Não temos problema em discutir", enfatizou.

Importações Frentes parlamentares contrárias à reoneração da folha de pagamentos sugerem que, em vez de elevar a arrecadação da receita aumentando a carga das empresas nacionais, o governo volte a tributar as importações de compras até US\$ 50, que tiveram o imposto de importação zerado no ano passado.

Essas frentes, entre as quais está a do Empreendedorismo, participam da Coalização Força Têxtil Brasil, que vem pressionando o Executivo a reonerar os importados.

"Causou estranheza o fato de a taxação das importações não ter sido incluída na MP 1.202, que buscava ampliar a arrecadação", comentou o presidente da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), Edmundo Lima, que também integra a Força Têxtil.

Segundo ele, havia o entendimento de que o governo passaria a taxar as importações.

"Tivemos reunião com o Haddad e o Alckmin [Geraldo, ministro do Desenvolvimento] e nos sinalizaram que até o fim de dezembro sairia uma medida que traria igualdade de condições entre os setores nacional e importados", frisou Lima. "Ao contrário disso, o governo acabou excluindo o setor têxtil da reoneração



gradual." Projeções Um estudo divulgado na segunda-feira pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) apontou que a tributação das compras de valor inferior a US\$ 50 tem potencial para gerar arrecadação maior do que mostrava um outro estudo, feito pela **Receita Federal**.

De acordo com a pesquisa, mesmo aplicando alíquota de 28%, como chegou a ser discutido, o governo deverá arrecadar pelo menos R\$ 14,6 bilhões, em um cenário menos otimista. No cenário mais positivo, as projeções são de arrecadação de R\$ 19,1 bilhões.

As apresentadas pela Receita, caso se confirmasse a tributação de 28%, mostravam uma arrecadação de R\$ 2,8 bilhões, em um cenário em que houvesse 30% de queda nas compras. Se as compras caíssem 70%, a arrecadação seria de R\$ 1,23 bilhão.

"Ainda que houvesse tamanha queda - o que claramente não aconteceria -, a Receita não considerou, em suas estimativas, o crescimento do mercado nacional", salientou o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe.

A pesquisa da federação mineira traz estimativas que incluem um potencial crescimento da indústria e do comércio locais, uma vez que as pessoas não deixariam de comprar a mercadoria, apenas trocariam de fornecedor. "Haveria o impacto do tributo a ser recolhido pelas cadeias nacionais, que vão vender o produto. O consumidor não vai deixar de comprar um bem que precisa porque o imposto aumentou no site. Ele vai comprar o que for mais barato. Passa a comprar no mercado local." Haddad disse que nenhuma proposta foi levada a ele, mas está aberto a ouvir sugestões.

" Fizemos isso com os governadores.

Ouvimos os governadores e criamos o Remessa Conforme (incluindo o ICMS). Não temos problemas em ouvir opiniões de como proceder, o que não dá é para antecipar uma situação que depende de encontros que ainda estão acontecendo", destacou.

Não existe tensão entre os Poderes. A Fazenda negociou projetos complexos, difíceis, que ninguém sequer apostava em sua aprovação. Não temos problema em discutir" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5501/17-01-2024.html?all=1>**

# Haddad debate reoneração com Lula

## **Estevão Taiar**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que se reunirá nesta quarta-feira (17) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para debater a medida provisória (MP) que trata, entre outras coisas, da reoneração da folha de pagamento.

A reunião servirá para "levar [ao presidente da República] as considerações" que ouviu do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e decidir "como vamos encaminhar" o tema, segundo o ministro. Haddad e Pacheco reuniram-se no começo desta semana para tratar do assunto.

"Vamos passar a temperatura [para Lula]", disse o titular da Fazenda na noite dessa terça-feira ao deixar o ministério.

Conforme publicado pelo Valor, a cúpula do Congresso defende que o governo desista da atual MP e edite uma nova medida provisória, revogando a reoneração e mantendo também a desoneração da folha de pagamentos dos municípios. Já a parte do texto que revisa o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Per-se) poderia ser encaminhada ao Congresso por meio de um projeto de lei, na avaliação da cúpula do Congresso.

O sistema de desoneração da permite que as empresas de 17 setores intensivos em mão de obra substituam a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

A medida, que perderia validade em 31 de dezembro de 2023, foi prorrogada pelo Congresso em outubro. Em novembro, Lula vetou a proposta. Mas, em dezembro, o Legislativo derrubou a decisão do presidente.

Além da reunião com Lula, Haddad afirmou que se encontrará pessoalmente na quinta ou na sexta-feira com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em Brasília, para tratar do tema. Mais cedo, ele conversou com Lira por telefone.

O ministro da Fazenda ainda disse que não ouviu nem de Lira e nem de Pacheco a proposta de compensar parte da desoneração da folha com a taxa de compras internacionais de até US\$ 50. "Mas pode ser que algum líder proponha", afirmou.

Nessa terça-feira, foi a vez de Haddad reunir-se com o

ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e com o líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), na sede da Fazenda para discutir a MP. Na saída, Padilha defendeu a importância do "diálogo" com Câmara e Senado para que seja encontrada uma solução. Ele destacou que foi por meio das negociações com o Congresso que o governo federal aprovou no ano passado medidas então consideradas difíceis, como as mudanças no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) e a taxa de fundos exclusivos.

"Tudo será encaminhado com os dois presidentes [do Senado e da Câmara]", afirmou.

## **Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187765?page=6&section=1>**

# Governo deve editar nova MP sem a reoneração

O governo deve editar uma nova Medida Provisória (MP) em substituição à 1.202/2023, que prevê o fim da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. O assunto foi discutido entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em reunião na segunda-feira (15).

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), participou do encontro, mas evitou dar detalhes da negociação, porque o governo ainda pretende conversar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

“Não posso adiantar nada, porque foi a primeira conversa do ministro Haddad com o presidente Rodrigo. Evidentemente (a negociação) tem de ser uma combinação com as duas Casas, então Haddad ainda precisa falar com o presidente da Câmara dos Deputados”, comentou Wagner.

A reportagem apurou que uma nova MP será editada, sem o item que reonera a folha. “A desoneração ficará como está”, disse um interlocutor que acompanhou a conversa.

Além da reoneração da folha, a MP traz outros dois dispositivos. Um deles estabelece o limite para utilização de créditos tributários decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos relativos a **tributos** administrados pela **Receita Federal**. Essa medida, que vale para créditos superiores a R\$ 10 milhões, foi, inclusive, regulamentada pela Fazenda. Por isso, será mantida na nova MP.

O outro dispositivo presente na medida provisória atual, revoga, gradativamente, a isenção tributária para empresas do setor de eventos, no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Criado para socorrer empresas durante a pandemia, o programa foi renovado, com previsão de encerrar em 2026.

Esse item pode ser mantido na nova MP ou retornar para o Congresso em forma de projeto de lei. Segundo Haddad, os dados da **Receita Federal** mostram que o setor já conseguiu se recuperar da crise. Enquanto a previsão de renúncia seria de R\$ 4 bilhões por ano, somente em 2023 o montante que o governo deixou

de arrecadar com o benefício chegou a R\$ 16 bilhões.

A edição da nova MP seria a saída encontrada para que o Congresso não devolva a MP 1.202, encaminhada no fim do ano passado pelo governo. “Qualquer coisa que venha a acontecer, só deve acontecer na retomada dos trabalhos, está se preparando isso”, comentou Wagner. “Não há nenhum objetivo de termos perdedores e vencedores. As pessoas têm a responsabilidade, sabem do que é a responsabilidade fiscal”, salientou o petista.

Falando a jornalistas antes de seguir para reunião, Haddad disse que apresentaria a Pacheco números que demonstrem o impacto da desoneração no Orçamento de 2024. “Para nós, o importante é encontrar uma alternativa ao Orçamento aprovado e impedir a captura de grupos de interesse do orçamento público. Quando você faz uma renúncia fiscal, você tem que compensar”, ressaltou.

O projeto de lei que prorrogou a desoneração não apresentou a fonte de onde sairiam os recursos porque, segundo o seu autor, senador Efraim Filho (União-PB), não havia essa receita antes. (Correio Braziliense)

Rodrigo Pacheco e Fernando Haddad se reuniram na segunda para tratar o tema polêmico

**Site:**

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/01/governo-deve-editar-nova-mp-sem-a-reoneracao.html>

# Isenção do IR para 5 mil aposentados

**Rodrigo Péret**

Aposentados podem vir tendo prejuízo ao declarar o Imposto de Renda (IR), por terem direito a isenção, mas não a reivindicam. Estimativa de especialistas ouvidos pela reportagem apontam que em torno de 5 mil estão nessa situação no Estado.

O cálculo leva em conta os 250 mil beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que recebem acima do salário mínimo.

Janio Araújo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos no Estado, destaca que, toda semana, pelo menos três aposentados procuram o sindicato para pedir orientação a respeito

"Temos buscado aumentar a divulgação sobre os direitos e mostrar que determinadas doenças dão direito a essa isenção", frisou.

Em nota, o **INSS** explicou que fornece os comprovantes de rendimentos pagos, que servem para o segurado conferir os valores recebidos e realizar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) do ano anterior. Basta acessar o site [meu.inss.gov.br](http://meu.inss.gov.br)

O instituto acrescenta que portadores de doença especificada na lei 7.713/88 têm direito à isenção do imposto de renda, mas a doença deve ser comprovada mediante apresentação de laudos e exames, os quais serão analisados pela perícia médica federal.

A lista completa das doenças pode ser verificada na tabela abaixo, e inclui cegueira, hanseníase, hepatopatia grave, cardiopatia grave, entre outras. Caso o **INSS** entenda necessário, o cidadão poderá ser convocado para realizar perícia, que será agendada pelo servidor do **INSS** que está analisando o pedido

Também são isentos do Imposto de Renda os que recebem auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho, casos em que a isenção é automática, independentemente de terem ou não doenças graves.

A advogada especialista em direito previdenciário Catarine Mulinari reclama da falta de divulgação sobre o tema. "A lista de doenças que isentam do IR, quando é atualizada, não recebe destaque. Não há uma

campanha de conscientização do governo sobre isso", reclama

A advogada especialista em Direito Previdenciário Renata Prado destaca que um requerimento administrativo pode ser feito para repedir a isenção. Mas ela salienta que, se a pessoa quiser requerer a isenção de forma retroativa desde seu diagnóstico, deve entrar com um pedido judicial.

"Lembrando que quem tem a isenção não está impedido de trabalhar. Mas deve somar os valores que recebeu de aposentadoria, como segurado do **INSS**, e também os valores como assalariado. Se ultrapassar o limite de isenção previsto, terá de declarar", explica a advogada especialista em Direito Trabalhista e Previdenciário Nayara Garajau de Mello.

"Quem tem a isenção deve somar os valores que recebeu. Se ultrapassar, terá de declarar"

Nayara Garajau de Mello, advogada

FILA para a perícia do **INSS**: aposentado pode ser convocado para passar pelo procedimento para ter isenção do IR

SAIBA MAIS

Normas de isenção

HOJE, AS NORMAS preveem a possibilidade de exclusão da tributação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), porém há algumas condições para que os aposentados possam se enquadrar e deixar de pagar o imposto. Confira:

GANHA ATÉ R\$ 2.112,00 POR MÊS

A PRIMEIRA DELAS É o valor do rendimento. Recebimentos de até R\$ 2.112,00 por mês não sofrem a incidência do imposto; porém, o valor que exceder esse teto deverá ser tributado normalmente pela tabela progressiva do IRPF.

ESSA ISENÇÃO. INCLUSIVE, é automática. já recai sobre o valor a declarar dos rendimentos da **Previdência Social**. O valor já vem indicado para lançamento no campo da declaração onde são relacionados os rendimentos isentos e não tributados da pessoa física.

JÁ A PARCELA do 13º salário de aposentadorias e

pensões, sendo tributada na fonte, não entra para a regra da isenção, sendo declarada no campo de tributação definitiva.

#### DOENÇAS GRAVES

A SEGUNDA HIPÓTESE de isenção para Aposentados e Pensionistas são os casos de pessoas com alguma das doenças graves relacionadas na Lei 7.713/88. São elas:

TUBERCULOSE ativa;

ALIENAÇÃO mental;

ESCLEROSE múltipla;

NEOPLASIA maligna;

CEGUEIRA (inclusive monocular);

HANSENÍASE:

PARALISIA irreversível e incapacitante:

CARDIOPATIA grave;

DOENÇA de Parkinson;

ESPONDILOARTROSE anquilosante;

NEFROPATIA grave:

ESTADOS avançados da doença de Paget (osteíte deformante):

CONTAMINAÇÃO por radiação;

SÍNDROME da imunodeficiência adquirida (Aids):

H E PATO P AT IA grave:

FIBROSE CÍSTICA (mucoviscidose).

NESES CASOS a doença deve ser atestada por laudo pericial por serviço médico oficial da União. Estados ou Municípios, a fim de que o aposentado ou pensionista possa usufruir da exclusão da tributação do imposto.

#### OUTROS CASOS

TAMBÉM SÃO ISENTOS do Imposto de Renda os que recebem auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho, casos em que a isenção é automática, independentemente de terem ou não doenças graves.

Como pedir a isenção?

O CAMINHO INICIAL para solicitar a isenção é a administrativa quando o benefício não foi concedido com base na doença que gera a isenção.

ISSO PORQUE como é dever do **INSS** orientar o segurado sobre o melhor benefício e também concedê-lo, ao perceber que a doença garante a isenção já deve ser concedido o benefício desta forma.

É POSSÍVEL REALIZAR a solicitação de forma online, pelo site <https://www.gov.br/pt-br/servi-cos/solicitar-isencao-do-imposto-de-renda>

CASO O CONTRIBUINTE tenha o benefício indeferido na esfera administrativa, pode procurar um advogado ou defensoria pública para verificar a viabilidade de interposição de uma medi -da judicial para obter o benefício.

VALE DESTACAR que, na esfera administrativa, a isenção só começa a partir do requerimento realizado. Por isso, pode ser mais vantajoso entrar com judicialmente para ter direito à isenção desde o momento de seu diagnóstico, de forma retroativa.

Aposentado que trabalha tem de declarar IR?

SIM, todos aqueles que recebem valores anuais acima do corte de isenção (R\$ 28.4559,70) devem declarar o imposto de renda, independentemente da origem (salário, aposentadoria, etc).

A PESSOA que tem a isenção de imposto de renda, não está impedida de trabalhar.

QUEM RECEBE aposentadoria e continua trabalhando, deve somar os valores que recebeu e aposentadoria, como segurado do **INSS**, e também os valores como assalariado, se ultrapassar o limite de isenção previsto, terá de pagar os valores.

Fonte: **INSS** e advogados aliados na reportagem.

Análise

Raphael Aveios,

advogado tributarista

"Sistema para iniciar processo de isenção"

"Não podemos negar que a administração pública melhorou muito nos últimos anos, com a criação do Meu **INSS** e acesso a serviços e informações através do gov.br.

Mas ainda assim as informações não chegam aos aposentados, que geralmente tem pouco conhecimento e dificuldade de acesso aos formulários eletrônicos.

Especificamente sobre a doença, as informações poderiam ser disponibilizadas no comprovante de pagamento da aposentadoria ou junto com o extrato anual emitido pela Receita para fins de confecção da declaração do imposto de renda.

Os sindicatos e associações também podem e devem divulgar tais informações.

O que pode ser feito para mudar é, por exemplo, a criação de um sistema que o próprio médico informaria a existência da doença dando início ao processo de isenção.

A informatização possibilita a integração entre os sistemas, não sendo impossível pensar em um sistema médico integrado entre particular, SUS e **Receita Federal.**"

# INSS testa inteligência artificial para identificar fraudes

Ao longo dos próximos 30 dias, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) terá um reforço na análise dos atestados médicos enviados pela internet juntamente com pedidos de benefício por incapacidade temporária, o antigo auxílio- -doença.

Uma ferramenta de inteligência artificial (IA) - desenvolvida pela Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social**, a Dataprev - está sendo testada para identificar possíveis tentativas de fraude com o Atestmed, o sistema de análise documental que substitui a perícia médica.

A ferramenta cruza dados cadastrais de médicos com os que aparecem nos atestados visando identificar inconsistências nas informações como o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), a especialidade, o local de trabalho e o IP do computador de envio do atestado, nome e assinatura do profissional.

Irregularidades De acordo com nota divulgada pelo **INSS**, o desenvolvimento da ferramenta foi motivado pela identificação de irregularidades em documentos protocolados no Atesmed, por meio do aplicativo Meu **INSS**, disponível para benefícios de até 180 dias. Segundo a instituição informou, já há, inclusive, uma investigação em andamento pela Polícia Federal.

Em verificações manuais, com amostras dos processos, foram identificados, por exemplo, quatro padrões de letras diferentes no uso do mesmo carimbo que atesta a assinatura do médico. A ideia é que a nova ferramenta possa identificar essas inconsistências de forma mais sistemática e rápida.

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, informou que os testes no sistema da IA começaram nesta segunda-feira (16) e que a efetividade da ferramenta poderá ser analisada em breve. "Acredito que em 20 ou 30 dias já poderemos apresentar bons resultados", finalizou.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-01-16%2021:44:52.pdf>

# INSS testa a IA para combater fraudes

Brasília - Ao longo dos próximos 30 dias, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) terá um reforço na análise dos atestados médicos enviados pela internet nos pedidos de benefício por incapacidade temporária, o antigo auxílio-doença.

Uma inteligência artificial (IA) - desenvolvida pela Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social** (Dataprev) - está sendo testada na análise de possíveis tentativas de fraude com o Atestmed, sistema de análise documental que substitui a perícia médica.

A ferramenta cruza dados cadastrais de médicos com os que aparecem nos atestados visando identificar inconsistências nas informações como o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), a especialidade, o local de trabalho e o IP do computador de envio do atestado, nome e assinatura do profissional.

De acordo com nota divulgada pelo **INSS**, o desenvolvimento da IA foi motivado pela identificação de irregularidades em documentos protocolados no Atesmed, por meio do aplicativo Meu **INSS**, disponível para benefícios de até 180 dias.

Segundo a instituição informou, já há, inclusive, uma investigação em andamento pela Polícia Federal.

Em verificações manuais, com amostras dos processos, foram identificados, por exemplo, quatro padrões de letras diferentes no uso do mesmo carimbo que atesta a assinatura do médico. A ideia é que a nova ferramenta possa identificar essas inconsistências de forma mais sistemática e rápida.

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, informou que os testes no sistema da IA começaram na última segunda-feira (16) e que a efetividade da ferramenta poderá ser analisada em breve. "Acredito que em 20 ou 30 dias já poderemos apresentar bons resultados", previu. (ABr)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-17-01-2024/>



# Combate à fraude

Ao longo dos próximos 30 dias, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) terá um reforço na análise dos atestados médicos enviados pela internet juntamente com pedidos de benefício por incapacidade temporária, o antigo auxílio-doença.

Uma ferramenta de inteligência artificial (IA) - desenvolvida pela Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social**, a Dataprev - está sendo testada para identificar possíveis tentativas de fraude com o Atestmed, o sistema de análise documental que substitui a perícia médica. A ferramenta cruza dados cadastrais de médicos com os que aparecem nos atestados visando identificar inconsistências nas informações como o número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), a especialidade, o local de trabalho e o IP do computador de envio do atestado, nome e assinatura do profissional.

## Irregularidades

De acordo com nota divulgada pelo **INSS**, o desenvolvimento da ferramenta foi motivado pela identificação de irregularidades em documentos protocolados no Atesmed, por meio do aplicativo Meu **INSS**, disponível para benefícios de até 180 dias. Segundo a instituição informou, já há, inclusive, uma investigação em andamento pela Polícia Federal.

Em verificações manuais, com amostras dos processos, foram identificados, por exemplo, quatro padrões de letras diferentes no uso do mesmo carimbo que atesta a assinatura do médico. A ideia é que a nova ferramenta possa identificar essas inconsistências de forma mais sistemática e rápida.

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, informou que os testes no sistema da IA começaram nesta segunda-feira (16) e que a efetividade da ferramenta poderá ser analisada em breve. "Acredito que em 20 ou 30 dias já poderemos apresentar bons resultados", finalizou.

# Antecipação do INSS apenas em cidades em calamidade pública

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) dos municípios fluminenses que decretarem estado de calamidade pública por conta dos estragos deixados pelas fortes chuvas poderão ter antecipação de benefícios da **Previdência Social**. O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, informou à CNN que a liberação de antecipação de pagamento para os beneficiários que morem em cidades castigadas por enchentes e alagamentos ocorre de maneira automática, logo assim que as prefeituras das regiões atingidas decretarem estado de calamidade. "O **INSS** já faz isso quase de forma automática. Ou seja, foi decretado estado de calamidade? A gente adianta o benefício" afirmou.

De acordo com o presidente do **INSS**, após a decretação do estado de calamidade pelo município, além da antecipação do benefício do mês corrente - conforme ocorreu no Sul do país em setembro - o pagamento de um benefício extra é feito aos segurados para que possam enfrentar o momento tão difícil em que se encontram. O ressarcimento será com desconto mensal em 36 vezes sem juros. Stefanutto ressalta, no entanto, que segurado não é obrigado a sacar o dinheiro.

"Pode ter alguém que não queira, mas se aceitar cai automaticamente um salário extra (na conta) e esse salário é descontado em 36 parcelas sem juros", frisou.

Vale ressaltar que, até o momento, nenhuma das cidades fluminenses castigadas pelas fortes chuvas do último fim de semana lançaram mão de decreto para adotar o estado de calamidade pública. A situação no município do Rio de Janeiro, por exemplo, é de emergência.

O Decreto 7.257, de 4 de agosto de 2010, que regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), estabelece que o estado de calamidade pública se caracteriza quando há "situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público ao ente atingido".

Já o estado de emergência, como foi definido no município do Rio, é definido como "situação anormal, provocada por desastre, causando danos e prejuízos

que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público".

Stefanutto explicou ainda que está em estudo a criação de um orçamento extra para que o **INSS** possa atender segurados em cidades impactadas.

**Site:** <https://flip.odia.com.br>

# Peritos médicos do INSS realizam paralisação de 24 horas hoje

Os peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) irão parar por 24 horas nesta quarta-feira (17/01). Esta será a primeira de três paralisações marcadas para janeiro. Entre as reivindicações da categoria estão reajuste salarial de 23%, contratação de ao menos 1.500 novos peritos e que o governo cumpra o acordo fechado em 2022, após a categoria realizar greve que durou 52 dias.

Ainda com o anúncio de paralisação, o segurado com consulta agendada deve comparecer ao local da perícia na hora marcada e com a documentação necessária. Segundo advogados especialistas em direito previdenciário, se a pessoa faltar e o perito comparecer no trabalho, ela perde a data de agendamento e só pode marcar novamente após 30 dias.

"A gente sempre orienta que, mesmo havendo uma possibilidade de greve ou alguma evidência de não-atendimento, o segurado compareça na agência, porque pode acontecer de nem todas as agências ou nem todos os peritos aderirem, e o segurado vai ser considerado ausente e perder aquela marcação, perder atrasados [valores retroativos], perder aquela concessão", afirma Juliane Penteado, coordenadora do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) pela região Centro-Oeste.

A Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP) diz que o governo federal foi notificado sobre o movimento há 30 dias, mas não procurou os profissionais para negociar. Segundo Francisco Cardoso, vice-presidente da ANMP, o último reajuste concedido aos peritos foi de 9%, em 2023, o mesmo dado pelo governo Lula a todo o funcionalismo, mas a defasagem da categoria está em 27%, porque não houve concessão de nenhum aumento salarial para a categoria no governo Bolsonaro.

A respeito do acordo referente à greve de 2022, a categoria diz que ao menos seis pontos estariam sendo desrespeitados, incluindo uma mudança na tabela de pontos para reduzir pontuação de tarefas, fazendo um aumento indireto da meta de produção diária e o fim do agendamento programado para que o perito possa ele mesmo programar suas tarefas. A perícia médica é obrigatória para a concessão de auxílio-acidente, auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), e aposentadoria incapacidade

permanente -antiga aposentadoria por invalidez.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/17-01-2024-edicao24746/>

# Tribunal estuda novas faixas e alíquota maior

BRASÍLIA

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que está em fase final de elaboração propõe a revisão da tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), com a ampliação do número de faixas.

Técnicos do órgão também sugerem ajustes na faixa de isenção e o aumento das alíquotas máximas, sem mencionar valores.

A tabela atual conta com cinco faixas de renda, que vão desde isenção (para quem tem rendimentos mensais de até R\$ 2.112) até uma alíquota máxima de 27,5% (para quem recebe a partir de R\$ 4.664,68).

O documento deve ser inserido nos debates da reforma do Imposto de Renda, que o governo precisará mandar ao Congresso neste semestre. O texto ainda será concluído e votado pelo plenário do TCU.

"(Recomenda-se) revisar a tabela progressiva do IRPF, considerando o aumento do número de faixas de incidência, a atualização da faixa de isenção e aumento das alíquotas máximas, de modo a atender o princípio da progressividade e da capacidade contributiva", diz o documento do TCU.

Integrantes da Fazenda afirmam, porém, que o desenho da reforma ainda não está definido e acreditam em um longo debate pela frente. A visão é que o tema está pouco amadurecido, com diferentes propostas sobre o assunto. O ministério da Fazenda não decidiu, ainda, se ira sugerir a criação de uma nova faixa para o IRPF.

Em entrevista ao Jornal O Globo, publicada no início do mês, o ministro da Fazenda Fernando Haddad, disse que a reforma do IR será um desafio, porque há uma "janela" curta para aprovação, em função das eleições municipais, e por isso ela pode ficar para o ano que vem.

O texto do TCU afirma que há uma regressividade e falta de equidade na tributação da renda de pessoas físicas. E acrescenta que a faixa de isenção da tabela progressiva do IRPF no Brasil é consideravelmente baixa e não é devidamente atualizada para acompanhar as mudanças econômicas ao longo dos

anos.

Dados do Unafisco Nacional, sindicato que reúne os auditores da **Receita Federal**, apontam para uma defasagem de 134% na faixa de isenção e 159,57% nas demais faixas do IR. "O 0,1% mais rico paga pouco mais de 2,5% de IRPF", destaca o relatório.

TCU. cujos técnicos sugerem ajustes na isenção e o aumento das alíquotas máximas, sem mencionar valores

ENTENDA

Reforma do IR em debate em Brasília

O que está em estudo

APÓS A APROVAÇÃO da **reforma tributária** sobre o consumo em 2023. o Congresso Nacional prepara-se para debater mudanças no Imposto de Renda em 2024.

A PROPOSTA da área econômica ainda não foi divulgada, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destaca a necessidade de cautela e bom senso na abordagem dessa reforma.

A REFORMA do Imposto de Renda é uma das prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele. isso tornará mais justa a cobrança de **impostos** no País, taxando mais quem ganha mais.

DENTRE OS TEMAS debatidos para a reforma do Imposto de Renda estão a taxaçaõ da distribuição de lucros e dividendos, alíquotas maiores para quem ganha mais e revisão do IR das empresas.

A TAXAÇÃO DE LUCROS e dividendos. que era isenta desde 1996. pode ser retomada.

Como é atualmente?

A TABELA ATUAL conta com cinco faixas de renda, que vão desde isenção (para quem tem rendimentos mensais de até R\$ 2.112) até uma alíquota máxima de 27,5% (para quem recebe a partir de R\$4.664,68).

Como pode ficar?

A IDEIA É AMPLIAR o número de faixas para proporcionar uma tributação mais justa. A ideia é "adequar de maneira mais precisa à capacidade contributiva dos diferentes grupos de contribuintes".

#### Defasagem

DADOS DO UNAFISCO Nacional, sindicato que reúne os auditores da **Receita Federal**, apontam para uma defasagem de 134% na faixa de isenção e 159,57% nas demais faixas do IR. "O 0.1% mais rico (renda bruta média anual superior a R\$ 58 milhões) paga pouco mais de 2.5% de IRPFM, destaca o relatório do TCU.

Fonte: G1

HADDAD quer cautela na reforma

# Enigma fiscal decifrado: déficit zero só com receitas que compensem gastos

**José Paulo Kupfer** *Colunista do UOL* 17/01/2024 04h00

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, segundo na hierarquia da pasta comandada por Fernando Haddad, é mais do que discreto, com poucas aparições públicas.

Mas, numa dessas raras aparições, na primeira semana do ano, como ministro interino, em substituição ao titular em férias, Durigan veio a público para dar pistas da solução do principal enigma da política econômica, neste começo de 2024: a meta de déficit fiscal primário zero será mantida ou alterada pelo governo?

O enigma que levou o presidente Lula a levantar a possibilidade de alterar a meta fiscal, em fins de 2023, e depois não se manifestar diante da insistência de Haddad com o equilíbrio das contas, em 2024, afinal aprovado pelo Congresso, pode ter sido solucionado com a declaração de Durigan.

O que disse o secretário Durigan:

Uma tradução possível da declaração de Durigan é a de que a busca do déficit zero, como consta na lei orçamentária de 2024, não se dará à custa de cortes disseminados nos gastos públicos. O déficit será zero se as receitas públicas forem ampliadas a ponto de compensar as despesas. Se esse objetivo não for alcançado, a meta será alterada.

Ao defender a necessidade de negociar a MP da reoneração da folha, publicada no último dia útil de 2023 e mal recebida pelos congressistas, que ameaçavam nem mesmo apreciar a medida, deixando-a morrer por decurso de prazo, Durigan antecipou a estratégia do governo.

Introduzida em 2011, no primeiro mandato de Dilma Rousseff, a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores específicos da economia sobreviveu com base em prorrogações aprovados no Congresso, a última delas em 2023, estendendo-a até 2027.

Na visão do governo, o problema é que, ao longo desses mais de 10 anos, os setores beneficiados não ofereceram a contrapartida de maior geração de empregos, ponto sobre o qual há poucas discordâncias entre pesquisadores do tema. Prorrogar

a desoneração mais uma vez seria insistir na drenagem de recursos públicos sem benefícios para a sociedade.

Não dá para acreditar que a sinalização de Durigan não foi uma terceirização da mensagem de Haddad ao Congresso. A MP da desoneração da folha acabou servindo como uma espécie de "bucha de canhão" de negociações do governo com o Congresso para aprovar ou confirmar medidas de aumento de arrecadação. Estimativas de arrecadação com a reoneração da folha, em 2024, variam de R\$ 9 bilhões a ultra-otimistas R\$ 20 bilhões.

Haddad e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniram nesta segunda-feira (15), para tratar dos caminhos políticos da aprovação ou confirmação de medidas de aumento de arrecadação. Curiosamente, a reoneração da folha, pivô da queda de braço do governo com o Congresso, pode terminar fora das negociações, abrindo espaços, porém, para outras medidas que aumentem as receitas públicas.

Existe um amplo cardápio de medidas de expansão das receitas já aprovado no Congresso, entre projetos de lei e medidas provisórias, à espera de sanção presidencial. Entre eles, merecem destaque:

A MP que restringe subvenções públicas a investimentos, incluindo isenções de ICMS e novas formas de apuração de JCP (juros sobre capital próprio).

Tributação de fundos fechados e offshore;

Apostas esportivas;

Decisões no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, em favor do governo, em caso de empate no órgão de julgamento.

Nas projeções do governo, essas novas regras assegurariam recursos da ordem de R\$ 165 bilhões em 2024, beirando a totalidade dos R\$ 168 bilhões em receitas adicionais necessárias para compensar as despesas, estimadas, para este ano, em R\$ 5,5 trilhões.

Mas esses cálculos são incertos, e não se sabe o que de fato será arrecadado, inclusive com o recurso ao

Judiciário de contribuintes que se sintam lesados, ou, simplesmente, frustração de receitas esperadas. Não é por outra razão que, entre os especialistas do setor privado, a previsão é de que 2024 fechará com déficit fiscal primário equivalente a 0,8% do **PIB**.

O primeiro momento crítico para a manutenção ou alteração da meta fiscal ocorrerá em fins de março. Pelo calendário fiscal, é o momento de avaliar receitas e despesas públicas do primeiro bimestre do ano, e ajustar as previsões para o restante do ano.

Dependendo dos resultados, a lei obriga a um contingenciamento de recursos. Pela regra do NAF (Novo Arcabouço Fiscal), inicialmente, essa suspensão de gastos poderia chegar a R\$ 53 bilhões. Mas a lei orçamentária de 2024 foi aprovada com um dispositivo que limitaria esse contingenciamento a R\$ 23 bilhões.

Também há dúvidas se essa norma seria aceita sem contestação judicial, e, de todo modo, as restrições afetariam, principalmente, as chamadas despesas discricionárias, rubrica onde se alojam os investimentos públicos. Para quem não se esquece do histórico de Lula, é difícil acreditar que ele aceitaria abrir mão de investimentos públicos, resumidos nos seus PACs (Programas de Aceleração do Crescimento), em nome de um déficit fiscal primário zero.

**Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/jose-paulo-kupfer/2024/01/17/enigma-fiscal-decifrado-deficit-zero-so-com-receitas-que-compensem-gastos.htm>**

# Apostas esportivas pagam menos imposto que bebida

São Paulo - Os prêmios das apostas esportivas de alíquota fixa, como as chamadas bets, terão no Brasil uma tributação inferior à aplicada a cigarros e bebidas alcoólicas e também a loterias como a Mega-Sena.

Na comparação internacional, no entanto, a carga sobre o apostador está próxima da média de outros países. Já a tributação do faturamento das empresas que oferecem esse serviço tende a ser maior do que a de outros setores no Brasil.

Especialistas na área destacam que governo e Congresso Nacional escolheram um modelo para as apostas que privilegia a regulação estatal sobre essas movimentação financeira e a arrecadação.

Não houve preocupação em desincentivar essa atividade.

Em relação a fumos e bebidas, por outro lado, aplica-se claramente uma tributação adicional em relação a outros bens, facilmente repassada ao consumidor, com objetivo declarado de desestimular esse consumo - embora haja também ganho de arrecadação relevante.

A lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no fim de 2023 que regulamenta as apostas de alíquota fixa prevê uma alíquota de 12% sobre a arrecadação das casas de apostas descontado o pagamento dos prêmios. Os apostadores devem pagar 15% de Imposto de Renda sobre o valor obtido com a premiação.

Inicialmente o governo propôs alíquotas de 18% e 30% - essa última, igual ao IR sobre o prêmio da Mega-Sena -, mas os parlamentares reduziram os percentuais.

Essas empresas também estão sujeitas à tributação do lucro com Imposto de Renda Pessoa Jurídica/Contribuição sobre o Lucro Líquido (IRPJ/CSLL) e do faturamento com Programa de Integração Social/Contribuição sobre o Financiamento da **Seguridade Social** (PIS/Cofins). Os municípios podem cobrar Imposto sobre Serviços (ISS). Nesses casos, uma carga em linha com outras empresas de serviços.

As casas de apostas vão pagar ainda taxa anual de

fiscalização de até R\$ 1,94 milhão e outorga de R\$ 30 milhões para operar por até cinco anos.

Nos cigarros e bebidas, a tributação é estimada em cerca de 80%, segundo dados do Impostômetro.

Os valores elevados se devem principalmente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que será substituído nesses casos pelo IS (Imposto Seletivo) para bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, quando a **reforma tributária** entrar em vigor.

"O enfoque é claramente distinto. Enquanto o governo usa, ou tenta usar, o IPI como inibidor do consumo de determinados produtos, a ideia da tributação das bets, tanto nelas (empresas) como nos apostadores, é justamente aproveitar o crescimento desse mercado", afirma Fabio Lunardini, tributarista do Peixoto Cury Advogados.

Viés arrecadatário - Victor Schmidt, sócio da área tributária do Costa Tavares Paes Advogados, também avalia que a tributação das apostas esportivas teve viés essencialmente arrecadatário e que não houve intenção de inibir a atividade.

Ele afirma que, ao adotar alíquota de 15% de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) sobre os ganhos, o Brasil está em uma posição intermediária em relação a, por exemplo, Estados Unidos (24% apenas de imposto federal sobre o prêmio), Alemanha (5% sobre cada aposta) e Reino Unido (isenção para pessoas físicas).

O tributarista destaca, no entanto, a diferença em relação ao que ocorre no próprio Brasil, por exemplo, no prêmio da Mega-Sena. "O primeiro viés foi de fazer a equiparação com a loteria, mas ao longo dos debates houve esse consenso parlamentar para aprovação dessa redução. É um ponto que talvez alguns setores da sociedade possam questionar, porque você passa a ter a metade da alíquota que você tem para outros prêmios de loterias", argumenta. (Eduardo Cucolo/Folhapress)

"O primeiro viés foi de fazer a equiparação com a loteria, mas ao longo dos debates houve esse consenso parlamentar para aprovação dessa redução"



**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-17-01-2024/>

# Serviço pode ser enquadrado no IS em 2027

São Paulo - Maria Andréia dos Santos, sócia da área tributária do Machado Associados, avalia que não se pode descartar a hipótese de que as apostas esportivas sejam enquadradas no Imposto Seletivo (IS) a partir de 2027, pelo potencial dano à saúde nos casos de vício.

"A emenda constitucional aprovada (da reforma) autoriza a instituição do IS sobre todos os bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde e, inegavelmente, as apostas esportivas eletrônicas detêm potencial de causar danos à saúde humana", afirma a advogada.

Em relação à tributação das empresas, a tributarista afirma que existem dois conceitos mundialmente adotados nessa atividade. Um é o GGR (Gross Gaming Revenue), que corresponde ao valor total das apostas arrecadadas dos jogadores, excluído o valor dos prêmios pagos.

Esse é o sistema aprovado para o Brasil e também utilizado no Reino Unido, Espanha, Dinamarca e Bélgica, por exemplo. Nesses casos, a alíquota varia de 5% a 25%.

Aqui, será de 12%.

Nos Estados Unidos, a atividade é regulada em mais de 30 estados, nos quais predomina o modelo GGR. No estado de Nova York, a alíquota é de 51%.

Outros locais, como a França, aplicam a tributação sobre o valor total das apostas, com uma alíquota mais baixa.

Vinicius Pimenta Seixas, do escritório Pinheiro Neto Advogados, afirma que em outros países o GGR não se soma a tantos outros **tributos**, o que torna a carga no Brasil elevada.

"É natural que exista a tributação sobre a diferença entre o que é apostado e o que é pago para o apostador. Isso é um conceito mundial", afirma o advogado.

"O que é diferente é ter um tributo específico para isso somado à tributação corporativa que já existe nas empresas.

Pode-se dizer que no Brasil você tem uma carga mais elevada comparativamente aos outros países", ressalta.

Seixas afirma que, ainda assim, as empresas terão interesse em funcionar dentro da legalidade no País, em vez de operar totalmente do exterior, para não sofrerem nenhum tipo de restrição na operação.

"Se eu sou uma empresa dentro dos limites legais que a legislação permite, consigo ter presença para fazer patrocínio para clubes de futebol, propaganda com famosos.

Portanto, tenho a possibilidade de alcançar muito mais mercado e ganhar muito mais escala no Brasil", observa o especialista. (Eduardo Cucolo/ Folhapress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-17-01-2024/>

# Promulgação da primeira fase da reforma tributária traz aspectos positivos e preocupantes (Artigo)

**Jefferson Nascimento e Katia Maia**

Jefferson Nascimento Coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil

Katia Maia Diretora executiva da Oxfam Brasil

A mais ampla mudança na estrutura de **impostos** sobre o consumo do Brasil, desde a Constituição de 1988, foi concretizada nos últimos dias do ano passado com a votação da Emenda Constitucional 132, de 2023 (antiga PEC 45/2019). A **reforma tributária** aprovada no Congresso e promulgada pelo presidente da República deve ser celebrada, mas não sem observar alguns aspectos preocupantes.

Sim, há previsão de dispositivos importantes para a redução de desigualdades, promoção da saúde e proteção do meio ambiente previstos no texto. Mas há aspectos que merecem ser observados de perto. Importante acompanhar, agora, a regulamentação de diversos pontos da **reforma tributária** aprovada, incluindo questões como o imposto seletivo, os critérios de funcionamento do cashback e o formato da Cesta Básica Nacional de Alimentos. Sem isso, os avanços contidos no texto promulgado ficarão apenas na promessa.

Entre os destaques positivos do texto da **reforma tributária** aprovada pelo Congresso, podemos citar três pontos. Um deles é a previsão de redução de 100% nas alíquotas de **tributos** de produtos como hortícolas, ovos, frutas, além de itens de cuidados básicos à saúde menstrual, produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda.

Outro é a criação do cashback, mecanismo que prevê a devolução de parte dos recursos arrecadados com **impostos** sobre bens e serviços para o consumidor final que esteja em determinada faixa de renda. Por fim, a necessidade de consideração da promoção da igualdade entre homens e mulheres durante a avaliação periódica (de cinco em cinco anos) do custo-benefício dos regimes diferenciados previstos pela reforma.

Em relação aos pontos preocupantes da reforma, a indicação do objetivo de reduzir desigualdade de renda no texto aprovado ficou aquém do texto original que tramitou na Câmara dos Deputados, que previa marcadores de raça e gênero. Outro fato é a manutenção da possibilidade de redução de alíquota para agrotóxicos (incluídos no escopo de insumos agropecuários, conforme Art. 9º, § 1º, XI) ou para produtos ultraprocessados (caso considerados como alimentos destinados ao consumo humano, conforme Art. 9º, § 1º, XIII), que teve seu impacto negativo potencializado pela previsão da exceção à aplicação do imposto seletivo, conforme Art. 9º, § 9º, dispositivo introduzido pela tramitação inicial na Câmara dos Deputados, e que não foi alterado posteriormente. Também preocupa a aprovação de destaque na fase final da tramitação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados removendo armas e munições do escopo do imposto seletivo.

A Emenda Constitucional 132/2023 promulgada prevê um prazo de 90 dias para que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional um projeto de reforma da tributação da renda (Art. 18, I) - considerada a segunda fase da **reforma tributária**.

Nesse sentido, o governo federal adotou medidas importantes nos últimos meses, como a lei recentemente sancionada que prevê a tributação sobre offshores e fundos exclusivos.

A Oxfam Brasil reforça a necessidade de avançar no processo de reforma do sistema tributário brasileiro, indo além das mudanças nos **impostos** sobre consumo, com medidas focadas na tributação de altas rendas e sobre grandes patrimônios, fundamentais para que o sistema tributário brasileiro seja mais justo e progressivo.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5508/17-01-2024.html?all=1>

# Meta é regulamentar reforma tributária neste ano, diz Appy

**Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon**

Os anteprojatos de leis que vão regulamentar a **reforma tributária** sobre o consumo devem ficar prontos entre o fim de março e o início de abril, de acordo com o cronograma inicial traçado pelo secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy. As propostas serão desenhadas pela comissão de sistematização e pelos 19 grupos técnicos criados pela União com Estados e municípios. Depois de prontas, serão encaminhadas para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a quem caberá a palavra final e o envio dos textos ao Congresso Nacional.

Em entrevista ao Valor, Appy contou que o desejo do ministro e dos parlamentares é que os projetos de lei cheguem o quanto antes ao Parlamento, devido ao processo eleitoral. A meta é aprovar os textos ainda neste ano. "Tem uma convergência entre Executivo e Legislativo em busca de completar esse processo no menor prazo possível", disse o secretário.

Por isso, a comissão e o grupos de trabalho terão 60 dias, a contar da reunião de instalação, para concluir os anteprojatos e até mais cinco dias para enviar os textos ao ministro. A instalação da comissão pode ocorrer já na próxima semana, pois a expectativa é fechar a lista de participantes dos colegiados até sexta-feira (19).

O governo criou na sexta-feira (12) o chamado "Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo" (PAT-RTC). Esse programa é formado por 19 grupos técnicos, que vão trabalhar nos pontos da **reforma tributária** que precisam ser regulamentados, e pela comissão de sistematização, que ficará responsável por avaliar e consolidar o trabalho dos grupos e por fechar as propostas finais dos anteprojatos de lei. Os grupos e a comissão terão participação paritária da União, dos Estados e dos municípios. Haverá, ainda, uma comissão de qualificação e de consultoria jurídica que prestarão suporte técnico.

Appy será o coordenador de todo esse programa. Ele afirma que o objetivo é que se tenha, ao final, textos mais consensuados os possíveis. "Quanto mais

consenso tiver nesse trabalho, mais legítimo se torna o projeto na tramitação no Congresso. O Congresso é soberano, pode decidir o que quiser, mas, se esse trabalho nos grupos e na comissão] for bem-sucedido na construção de consenso, você legitima o texto que está sendo enviado para o Congresso Nacional."

Ele também afirmou que permanece a ideia de apresentar ao Congresso três projetos de lei para regulamentar a **reforma tributária** do consumo, mas ressaltou que a decisão final caberá à comissão de sistematização, de acordo com o andamento dos grupos de trabalho, e à área política do governo, que avaliará a melhor estratégia de tramitação. "Tem uma dimensão que é técnica, mas tem uma dimensão que é política também", explicou.

Inevitavelmente, haverá um projeto de lei complementar principal, que trará toda a regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos Estados e dos municípios, e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), da União. Essa mesma lei tratará dos regimes especiais e específicos, do "cashback" e do regime de transição. A fórmula de cálculo da alíquota de referência também deve estar nessa lei complementar principal, mas é possível deixar somente os critérios bem definidos e a fórmula para ato infralegal, disse Appy. Tudo ainda será debatido pelos grupos.

O plano inicial também prevê um projeto de lei complementar sobre o Comitê Gestor do IBS e outro para o Imposto Seletivo. Há a percepção que o texto sobre o Comitê Gestor possa ser aprovado mais rápido, se houver consenso com Estados e municípios. Já o Imposto Seletivo, como é um tributo diferente da CBS e do IBS, tecnicamente seria melhor tê-lo numa lei em separado. "Mas não impede de colocar na lei principal [da regulamentação da CBS e do IBS]", ponderou Appy.

Ele também disse que ainda não está definido se a regulamentação dos fundos regionais criados pela reforma entrará numa dessas três leis complementares previstas ou em outra à parte. Já a contribuição que poderá ser instituída por alguns Estados estará na lei complementar principal.

O secretário acredita que os maiores embates se darão no projeto de lei complementar principal, porque

o texto tratará do interesse dos setores e das alíquotas de referência. Ele afirmou que as questões federativas, em geral, já foram pacificadas na emenda constitucional, por isso o desafio será maior em conciliar os interesses privados com a necessidade de calibragem da alíquota padrão.

"As questões federativas já foram definidas na emenda constitucional. Nas questões setoriais, certamente, vai ter pressão lá [no Congresso] e aqui [nos grupos de trabalho]", afirmou Appy. "Por exemplo, tem a delimitação clara de quem vai ter alíquota reduzida, quais serão os itens da cesta básica com alíquota zero, certamente tudo isso é foco de discussão. E nos regimes específicos como vai ser desenhada [a regra]", complementou.

Ele disse que a manutenção da carga tributária como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**) está garantida, porque é uma diretriz prevista na emenda constitucional. Mas ponderou que, dependendo de como forem regulamentados os regimes específicos e de como for feita a delimitação dos bens e serviços que terão alíquota reduzida, a alíquota padrão para os demais setores será afetada. "Essa é uma preocupação que continua e eu acredito que é importante que essas questões sejam discutidas de forma muito transparente tanto dentro do nosso trabalho como na discussão do Congresso", defendeu.

O secretário também afirmou que o ideal é que as leis complementares sejam aprovadas neste ano, para não correr risco de haver atraso na transição entre o regime tributário antigo e o novo. "O ideal é que, de fato, seja aprovado este ano, porque isso daria mais segurança de que o trabalho da regulamentação infralegal vai ser feito adequadamente e a tempo", disse. O prazo limite para aprovação seria até meados de 2025.

Ele explicou que, após as leis complementares, haverá todo o trabalho infralegal a ser feito até começar a transição dos **tributos**. "É um desafio grande a lei complementar, mas é um desafio grande também a regulamentação infralegal." Essa parte infralegal vai envolver o regulamento mais operacional dos **tributos**, o detalhamento do modelo de cobrança, o sistema informatizado, entre outros temas.

"Quanto mais consenso, mais legítimo se toma o projeto na tramitação"

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187765?page=6  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187765?page=6&section=1)**

# Setores da economia temem ficar de fora de discussões

A participação de representantes de setores da economia na regulamentação da **reforma tributária** deverá se concentrar no Congresso, pelo desenho feito pela secretaria extraordinária da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda. O ponto vem sendo criticado por tributaristas.

O secretário Bernard Appy explicou que não seria possível reunir todos os interessados nos 19 grupos de trabalho criados, mas que poderão existir convites para representantes da iniciativa privada, porém sem direito a voto. Apenas União, Estados e municípios terão direito a voto nos grupos. Ele reforça que os setores ainda poderão ser ouvidos no Congresso.

"Como são **tributos** simultaneamente federais, estaduais e municipais, achamos que seria interessante trabalhar as três esferas da federação conjuntamente na legislação das propostas. Agora, o setor privado vai ter participação, eles têm possibilidade de participarem já no âmbito do PAT-RTC (os grupos) e, certamente, no Congresso, que representa a sociedade", disse em entrevista ao Valor.

O tributarista Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, demonstra receio de o convite que pode ser feito pelos grupos de trabalho ser apenas "pró-forma". "Se os contribuintes não forem efetivamente ouvidos, corremos o risco de novas leis tendenciosas ao Fisco, que gerem novos embates tributários no futuro", afirma.

Para a tributarista Ana Cláudia Utumi, sócia do Utumi Advogados, é positiva a proposta de grupos técnicos de trabalho com a divisão de temas apresentada, mas faz falta a inclusão de representantes das entidades da iniciativa privada nos grupos de trabalho. A tributarista destaca que a fase de regulamentação de leis complementares e tramitação no Congresso Nacional é "fundamental".

"Acredito que para ter um equilíbrio maior das discussões e para, quando houver as propostas das legislações complementares já ter algum tipo de alinhamento com o setor privado, teria sido muito interessante se eles tivessem constituído esses grupos de trabalho incluindo representantes da iniciativa privada", afirma.

Appy pondera que os setores terão a possibilidade de,

convidados, participar nos grupos e certamente no Congresso Nacional, que representa a sociedade e que terá a palavra final sobre a regulamentação. "Eles [setores privados] vão ser ouvidos dentro dos grupos. Cada grupo técnico vai poder convidar as entidades que eles acham que podem contribuir para discussão", explicou.

Para o secretário, contudo, não faz sentido tentar fazer uma proposta que já inclua o voto do setor privado. "Ouvidos serão, com certeza. Imagine se eu fosse tentar colocar na portaria todas as entidades que teriam que ser ouvidas. Ia ser o caos. Porque todo mundo que acha que não foi contemplado iria se manifestar", completou.

Ainda segundo o secretário, há uma consultoria jurídica de procuradores federais, estaduais e municipais que pode convidar também tributaristas do setor privado para participar das discussões. Appy reconhece que os temas de alguns grupos serão mais trabalhosos que outros, mas preferiu não detalhar quais considera mais sensíveis. Uma das questões que ainda será definida é a periodicidade de reuniões, e grupos mais complexos provavelmente terão uma periodicidade maior de encontros.

Sobre a participação de parlamentares, o secretário comentou que congressistas poderão ser convidados pelos grupos a colaborar, mas sem poder decisório. (BOeJS)

"Corremos o risco de novas leis tendenciosas ao Fisco"

Luiz G. Bichara

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187765?page=6&section=1>

# É preciso falar do combate à desigualdade no mundo (Editorial)

O Fórum Econômico Mundial, que mais uma vez ocorre em Davos, nos Alpes suíços, vai se dedicar mais aos temas que envolvam a transição climática e a ponte para uma economia que descar-boniza sua geração de riqueza, sob pena de não mais haver retorno na elevação da temperatura do planeta e na ameaça a milhões de seres humanos no futuro recente. Gerar mais empregos, fazer da inteligência artificial o motor para a economia e para a sociedade e a segurança e cooperação em um mundo fragmentado, e, obviamente, uma estratégia para o clima, a natureza e a energia, são os tempos do Fórum Davos 2024, que entre chefes de Estado, presidentes de empresas, representantes da sociedade civil, meios de comunicação globais e líderes juvenis, deve reunir 2.500 pessoas, nos dias de debate.

Visto como menos urgente do que as mudanças climáticas, mas tão necessário quanto, a desigualdade social não estará no foco direto das discussões, sobretudo porque um dos seus maiores defensores hoje, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não participará do evento. Ao jogar o Fórum Econômico para segundo plano, o presidente Lula perde a primeira janela internacional para pôr em prática a prioridade fixada para sua gestão à frente do G20 de combater a fome e a desigualdade social.

Ao deixar a representação do Brasil em Davos 2024 como responsabilidade da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, do ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira e do assessor especial da Presidência, Celso Amorim, o governo brasileiro priorizou as mudanças climáticas em detrimento de uma agenda social. Isso exatamente no momento em que um estudo da Oxfam mostra que o mundo está perto de ter os primeiros trilionários até 2033, enquanto para erradicar a pobreza serão necessários 230 anos. E a aposta da Oxfam está exatamente no Brasil para encabeçar a demanda de se fixar metas de redução da desigualdade, assim como há metas para redução da emissão dos gases do efeito estufa.

Os dados do relatório "Desigualdade S.A - como o poder corporativo divide nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública", divulgado na segunda-feira, mostram que a fortuna das cinco pessoas mais ricas do mundo mais que dobrou no ano passado, enquanto a renda de 5 bilhões de pessoas no mundo diminuiu. No Brasil, segundo a

Oxfam, pelo menos quatro dos cinco bilionários brasileiros mais ricos aumentaram em 51% sua riqueza desde de 2020. Nesse período, outros 129 milhões de brasileiros ficaram mais pobres. A desigualdade social no mundo e no Brasil é gritante e está na origem da crise migratória nas Américas e da África para a Europa, assim como da fome a que estão condenados milhões de seres humanos.

A Oxfam estima que apenas os recursos usados em dividendos e recompra de ações para os 10% mais ricos em 2022 fossem redistribuídos aos 40% mais pobres e a desigualdade teria uma redução de mais de 20%. E ainda, se metade do valor pago aos 10% mais ricos em 2022 fosse distribuído seria suficiente para acabar com a pobreza global (US\$ 6,85 por dia). Para a entidade, grandes empresas e monopólios estão aumentando a desigualdade social em toda a economia, sendo necessária uma ação dos governos no sentido de fortalecer os serviços públicos para a população e de cobrar **impostos** sobre grandes fortunas e a parcela dos mais ricos no sentido de aumentar a distribuição de renda e combater a desigualdade.

No Brasil, a desigualdade vem de longa data e se perpetua, hora tendo pequenas reduções, hora avançando. Na década de 1970, com o milagre econômico, se criou o conceito de que era preciso fazer o bolo crescer para depois distribuir e o economista Edmar Bacha cunhou a expressão "Belíndia" para mostrar a proximidade do Brasil rico com a Bélgica e a parcela pobre com a Índia. A representação precisa ser atualizada não porque a realidade brasileira mudou, mas sim porque os países que foram referência no passado mudaram. A retomada dos programas sociais ajuda a diminuir a desigualdade, mas de uma forma ínfima. É preciso efetivamente que as nações, e em especial o Brasil, adotem medidas para efetivamente combater a desigualdade, com estabelecimento de metas a serem cumpridas.

No Brasil, segundo a Oxfam, pelo menos quatro dos cinco bilionários brasileiros mais ricos

aumentaram em 51% sua riqueza desde de 2020. Nesse período, outros 129 milhões de brasileiros ficaram mais pobres

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>



# Mundo pode ter 1º trilionário em dez anos, diz relatório anual da Oxfam

Relatório anual da Oxfam Internacional indica que serão necessários 230 anos para acabar com a pobreza, mas que o primeiro trilionário do mundo deve ser conhecido em dez anos. Segundo o documento, a alta concentração de poder das grandes empresas e monopólios em nível global está exacerbando a desigualdade em toda a economia.

O relatório se baseia em dados compilados pela revista Forbes e foi divulgado na abertura do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

Sete de cada dez das maiores empresas do mundo têm bilionários como CEOs ou principais acionistas.

"Ao pressionar os trabalhadores, evitar o pagamento de **impostos**, privatizar o Estado e contribuir para o colapso climático, essas empresas estão impulsionando a desigualdade e agindo a serviço da entrega de cada vez mais patrimônio a seus donos, já ricos", diz o texto.

Para acabar com a desigualdade extrema, destaca, os governos terão de redistribuir de forma radical o poder dos bilionários e das grandes empresas às pessoas comuns.

Segundo o relatório, desde 2020, os cinco homens mais ricos do mundo - Elon Musk, Jeff Bezos, Bernard Arnault, Larry Ellison e Warren Buffett - viram suas fortunas mais do que duplicar, enquanto o patrimônio de quase 5 bilhões de pessoas diminuiu, com **inflação**, guerra e crise climática.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Confederações vão ao STF contra isenção até US\$ 50

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) vão protocolar ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a isenção do imposto de importação para bens de pequeno valor destinados a pessoas físicas no Brasil. A legislação brasileira permite que compras feitas por pessoas físicas em valores de até US\$ 50 sejam isentas do imposto de importação.

No ano passado, o governo estendeu esse benefício para empresas que vendem produtos por site. As entidades alegam que, na época da criação das leis que regulam o tema - décadas de 1980 e 1990 - o contexto socioeconômico era diferente do atual. Não havia a internet, o comércio eletrônico, onde existia, tinha dimensões muito menores que atualmente, sem grandes impactos na economia.

"Os dados econômicos atuais mostram que a total desoneração do imposto de importação resulta em relevante impacto negativo em indicadores nacionais, como crescimento do **PIB**, emprego, massa salarial e arrecadação tributária", afirmam as duas instituições em nota.

Segundo as entidades, as importações de pequeno valor saltaram de US\$ 800 milhões em 2013 para US\$ 13,1 bilhões em 2022. Esse montante representou 4,4% do total de bens importados no ano passado.

Segundo a CNI e a CNC, o vício de constitucionalidade ocorre porque "a desoneração tributária das importações de bens de pequeno valor em remessas postais internacionais não possui equivalência para as transações inteiramente nacionais (que suportam integralmente a carga tributária brasileira)".

Dessa forma, segundo as entidades, ficam configuradas violações aos princípios da isonomia, da livre concorrência, do mercado interno como patrimônio nacional e do desenvolvimento nacional.

Remessa Conforme Em agosto do ano passado, o governo lançou o programa Remessa Conforme, que reduziu a zero o Imposto de Importação para compras feitas pelos chamados marketplace, plataformas de comércio eletrônico, para valores que cheguem a no máximo US\$ 50. Entre os exemplos mais conhecidos

estão a Shein e a Shopee.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, qualificou o programa como um "sucesso absoluto". Isso porque, além da desoneração do imposto, o programa exige, para as empresas que aderirem, a contrapartida de dar detalhes sobre cada venda que é feita ao Brasil.

"Nós tomamos a atitude de criar o remesso conforme a um sucesso que, inclusive, fez com que o contrabando, o remesso ilegal, acabasse no Brasil", comentou Haddad, ao ser perguntado por jornalistas sobre a possibilidade de voltar a onerar as importações, em troca de desonerar a folha de pagamentos.

A CNC e a CNI estão entre as instituições contrárias à Medida Provisória 1.202/2023, que prevê a cobrança da alíquota patronal para 17 setores da economia.

Juntamente com outras entidades representativas de setores econômicos assinaram, recentemente, uma nota manifestando-se contrárias à MP.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5501/17-01-2024.html?all=1>

# Lula sanciona revisão anual de pagamento de serviços

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem projeto de lei que define a revisão anual do pagamento dos serviços prestados ao SUS. O projeto estabelece que os serviços prestados por entidades privadas e hospitais filantrópicos serão revistos uma vez ao ano, em dezembro, por ato do Ministério da Saúde, levando em conta a disponibilidade orçamentária e financeira. A última revisão da tabela ocorreu em 2013.

Conforme o Ministério da Saúde, mais de 1.800 entidades filantrópicas atendem pelo SUS.

"Esses valores são estabelecidos pela direção nacional do SUS e aprovados no Conselho Nacional de Saúde. As premissas são a garantia da qualidade do atendimento, o equilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços e a preservação do valor real destinado à remuneração de serviços, observada a disponibilidade orçamentária e financeira", diz texto divulgado pela Presidência da República.

Segundo a nova lei, quando o atendimento pelo SUS for insuficiente, o sistema poderá recorrer aos serviços privados. Representantes do governo federal, de secretarias estaduais e municipais e de entidades filantrópicas participaram da cerimônia de sanção.

O texto original determinava que o aumento deveria ser proporcional ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medidor oficial da **inflação**.

Porém, o trecho foi retirado para evitar incompatibilidades com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, o reajuste será feito proporcionalmente à revisão do orçamento do Ministério da Saúde, como o autor do projeto, deputado federal Antonio Brito (PSD-BA). Segundo o parlamentar, os valores não eram revistos desde 2013.

Segundo o senador gaúcho Luis Carlos Heinze, o projeto é um avanço para as instituições que prestam serviços ao SUS, principalmente para os hospitais filantrópicos. "Trata-se de fazer justiça ao trabalho das Santas Casas e demais hospitais beneficentes, que vêm enfrentando um descompasso entre custo e a remuneração.

**Site:**

**[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo  
/?numero=16300&edicao=10960](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=16300&edicao=10960)**

# Tesouro lança título exclusivo para mulheres

**LETYCIA CARDOSO** [letyfia.cardoso@oglobo.com.br](mailto:letyfia.cardoso@oglobo.com.br)

O Tesouro Nacional lança hoje uma iniciativa para incentivar mulheres a investirem em títulos públicos, em parceria com o Banco do Brasil, segundo fontes ouvidas pelo GLOBO. A partir de um produto já existente, o Educa+, o novo título vai oferecer retorno atrelado à **inflação**, a partir de aportes mínimos de R\$ 35, além de suporte jurídico e psicológico em caso de violência doméstica, e seguro de vida de R\$ 15 mil.

As mulheres poderão cadastrar seus filhos na plataforma do Banco do Brasil.

Com isso, além da apólice de seguro, as crianças terão direito a 12 cestas básicas em caso de morte de suas mães.

Homens poderão aplicar no papel, mas não receberão os benefícios extras - seguro e suporte jurídico e psicológico. E mesmo que o pai já tenha cadastrado o filho no Educa+, a mãe pode fazer o investimento no novo papel e cadastrar a criança, para que ela tenha acesso aos benefícios.

## ESTÍMULO À POUPANÇA

Segundo dados disponíveis, até novembro do ano passado o público feminino representava apenas 26,7% dos aplicadores.

O projeto visa alcançar 100 mil mulheres - o Educa+ soma atualmente 40 mil investidores -, já que elas ainda recebem salários inferiores aos de homens que trabalham nas mesmas funções e têm menores oportunidades no mercado de trabalho e pouco acesso à educação financeira.

Isso motivou outro incentivo: cursos básicos de finanças para essas investidoras, oferecidos pelo Banco do Brasil.

Este ano, estão previstos ainda outros lançamentos do Tesouro Direto, com cunho ambiental e social. Para Paulo Luives, sócio da Valor Investimentos, mais do que levantar recursos para a União, os novos produtos têm por meta instalar a cultura de poupança nos brasileiros: - O hábito de poupar ainda é muito incipiente. Cerca de 70% da população está endividada. Não sobram recursos para guardar. E quem tem dinheiro para investir não tem acesso, na maioria das vezes, a alternativas fáceis e de baixo custo. Por isso, vejo esses lançamentos como algo

muito positivo.

O volume em estoque do RendA+ e do Educa+ ainda é muito baixo em relação aos demais produtos do Tesouro Direto, correspondendo a 1,1% e a 0,1% do total, respectivamente.

As maiores fatias se concentram no Tesouro Selic, com 37,3%, e no IPCA+, com 37,9%.

Camilla Dolle, head de renda fixa da XP, avalia que o Educa+, lançado em agosto do ano passado, ainda não caiu no gosto da população, já que poucas pessoas têm o objetivo de juntar dinheiro para pagar algum curso, sendo mais comum guardar recursos para a velhice: - A gente já vê resgates, embora o volume de aplicações seja bem maior. Desde agosto, vimos aplicação de pouco mais de R\$100 milhões nesse título. Talvez o objetivo não seja tão visado pelos investidores.

## CONHEÇA OUTROS TÍTULOS

### Educa+

Seu objetivo é ajudar os pais a bancarem a educação dos filhos. Investese no título por um período para obter rendimento mensal por 5 anos para custear a universidade.

Está disponível a partir de R\$ 30 ao mês. O título com vencimento em 2041, por exemplo, paga IPCA + 5,68%.

### RendA+

Para complementar a aposentadoria. O resgate é feito em 240 parcelas, assim o aplicador receberá um valor mensal durante 20 anos. O retorno é atrelado à **inflação**. O título com vencimento em 2049, por exemplo, paga IPCA + 5,60%.

### Selic

Título pós-fixado com rentabilidade atrelada à Taxa Selic. A rentabilidade do papel com vencimento em 2026, por exemplo, é Selic + 0,0345%.

### IPCA

Oferece rendimento igual à variação do IPCA mais uma taxa prefixada de juros. O Tesouro IPCA+2035 está pagando IPCA + 5,56%.

## Prefixados

Títulos com taxa de juros fixa. O risco é a Selic ultrapassar o retorno contratado. O papel prefixado 2029 paga 10,42% por ano.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Nova dinâmica deve gerar R\$ 65 bi extra até 2025

**Lucianne Carneiro**

O estudo da Tendências Consultoria estima que o crescimento da renda disponível para o consumo no país vai desacelerar. Após alta de 8,4% em 2023, o ritmo de crescimento deve desacelerar para 2,7% em 2024 e 2,3% em 2025. A estimativa é de um montante em 2025 de R\$ 2,503 trilhões - R\$ 65 bilhões a mais de renda disponível na economia, que é o valor após o dispêndio com itens essenciais.

Além de um ritmo mais lento, o economista Lucas Assis destaca a mudança no perfil do impulso para esse consumo das famílias: reduz a influência do aumento de rendimento do trabalho e aumenta a do mercado de crédito.

"O consumo das famílias deve ter uma dinâmica distinta da que se vê até agora. Por um lado, o cenário deve ser menos beneficiado pelo mercado de trabalho em si. Com o crescimento mais fraco dos salários, a massa desacelera. Mas um recuo mais forte do consumo deve ser evitado por essas condições financeiras mais benéficas, com a continuidade de redução dos juros, num contexto de desaceleração gradual da inflação."

Com juros menores, segundo ele, há expansão do crédito, aumento de prazos e redução da inadimplência, o que gera "uma situação financeira mais folgada das famílias".

A Tendências Consultoria projeta para 2024 aumento de 2,7% do varejo ampliado (inclui veículos, material de construção e atacarejo), pouco acima dos 2,3% estimados para 2023.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187765>

# Dólar tem maior alta em dez meses com escalada de riscos

O dólar americano teve ontem a maior alta em dez meses frente às principais divisas do mundo, com os investidores questionando o ritmo de cortes nos juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) e as tensões geopolíticas impulsionando a demanda por refúgio em moeda forte. O Bloomberg Dollar Spot Index subiu até 0,8%, no maior avanço desde março do ano passado. O indicador está agora no maior patamar desde 13 de dezembro.

A valorização do dólar desafia a visão, até então aceita, de que a moeda americana poderia recuar este ano com a perspectiva de flexibilização da política monetária pelo Fed já em março, evento que reduziria a disparidade nas taxas de juros que fez com que os fluxos financeiros migrassem para os EUA.

Mas essa perspectiva foi ofuscada agora pela preocupação de que os agentes de mercado tenham superestimado o quanto as autoridades irão flexibilizar a política monetária. Ao mesmo tempo, a escalada do conflito no corredor marítimo do Mar Vermelho e a fraqueza persistente na economia da China aumentaram o interesse no dólar como um refúgio temporário diante das incertezas.

"O mercado tem sido e continua sendo muito otimista em relação aos cortes nas taxas do Fed", disse Paresh Upadhyaya, diretor de renda fixa e estratégia de câmbio da Amundi Asset Management.

"Se ocorrerem quaisquer crises de aversão ao risco desencadeadas, seja por risco geopolítico, seja incerteza política, isso ajudará a impulsionar o dólar por meio do seu status de porto seguro." O membro do conselho do Fed, Christopher Waller, destacou ontem as preocupações em relação ao caminho do banco central, quando enfatizou que os formuladores de política monetária deveriam ser "metódicos e cuidadosos" com o ritmo da flexibilização.

Os comentários ajudaram a impulsionar os rendimentos dos Treasuries, impulsionando o retorno das notas de 10 anos até 14 pontos base, para 4,08%.

Os ataques reportados nas rotas marítimas do Mar Vermelho ampliaram o receio com novas perturbações no comércio internacional e nas cadeias de abastecimento, o que poderia alimentar as pressões inflacionárias. Na segunda-feira, os rebeldes Houthis

atacaram um segundo navio no período de um dia e Shell decidiu suspender o trânsito de petroleiros pela região de conflito.

Ao mesmo tempo, os planos de estímulo considerados pelas autoridades chinesas destacam as dificuldades que a segunda maior economia do mundo tem enfrentado desde que terminaram os confinamentos da pandemia.

"Não estou surpreso que parte desse otimismo tenha diminuído durante o início do novo ano", disse Amanda Sundstrom, estrategista de renda fixa e câmbio da SEB AB em Estocolmo. "Haverá alguns contratemplos, mesmo que ainda acreditemos que estamos indo na direção certa." Há sinais de que não se espera que a recente força do dólar desapareça em breve. Embora os operadores de opções estejam um tanto cautelosos quando se trata de uma maior força da moeda americana no curto prazo, num horizonte de um mês a possibilidade baixa de reversão de risco mostra o sentimento em relação ao dólar, em grande parte devido à fraqueza esperada na moeda chinesa.

Ontem, o euro caiu para até US\$ 1,0863, o menor nível em um mês, enquanto o iene atingiu seu nível mais fraco em quase seis semanas, em torno de 147 por dólar. O dólar australiano e as moedas escandinavas - normalmente barômetros do sentimento de risco global-caíram mais de 1%.

Sustentam a visão otimista em relação ao dólar um número crescente de investidores e analistas que dizem que os mercados de swap estão com preços demasiadamente agressivos tendo em vista os cortes de juros por parte dos principais bancos centrais este ano.

Os operadores de câmbio têm superestimado consistentemente o quão agressivo o Fed pode ser desde o fun da pandemia. E o membro do conselho do Banco Central Europeu (BCE), Robert Holzmann, disse em uma entrevista na segunda-feira que as ameaças decorrentes da **inflação** persistente e dos riscos geopolíticos impedirão o BCE de reduzir as taxas de juros este ano.

"O tom dos dirigentes de banco central é de hesitação - especialmente aqueles do BCE", conforme os custos com frete reacende os temores de interrupções na



cadeia de abastecimento em meio aos problemas no Mar Vermelho e no Canal do Panamá, disse Thierry Wizman, diretor de moedas globais e estrategista de taxas de juros da Macquarie Futures.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187765>

# Dólar sobe em meio a incertezas sobre juros

São Paulo - O dólar subiu mais de 1% ante o real ontem, em um avanço firme de R\$ 0,06, em sintonia com a elevação da moeda norte-americana ante outras divisas, após declarações de autoridades de bancos centrais da Europa e dos EUA reduzirem a expectativa de cortes de juros já em março.

O dólar à vista fechou o dia cotado a R\$ 4,9268 na venda, em alta de 1,23%. Foi o maior avanço percentual desde 2 de janeiro, quando a divisa subiu 1,33%. Em janeiro, a moeda acumula elevação de 1,55%.

Na B3, às 17:16 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento subia 1,55%, a R\$ 4,9395.

O dólar operou em alta ante o real durante todo o dia. Investidores que se mantiveram fora dos negócios na segunda-feira (15), quando Wall Street esteve fechada em função do feriado de Martin Luther King Jr., voltaram aos negócios ontem, ampliando a liquidez nos mercados.

Como vem ocorrendo há meses, o movimento dos títulos dos EUA foi a principal bússola para os negócios, em meio às especulações sobre quando o Federal Reserve iniciará o processo de corte de juros.

Desta vez, declarações de autoridades na Europa e nos EUA levaram à redução das apostas, na curva de juros norte- -americana, de que o Fed contará juros já em março.

O presidente do banco central da Alemanha, Joachim Nagel, disse na segunda-feira que é muito cedo para o BCE discutir um corte das taxas de juros.

No último sábado, o economista- chefe do BCE, Philip Lane, havia comentado que cortar os juros muito rapidamente poderia alimentar uma nova onda de **inflação**. Outras autoridades europeias fizeram coro às declarações.

Ontem foi a vez de o Federal Reserve reduzir a expectativa dos investidores por um corte de juros. O diretor do Fed Christopher Waller afirmou que os EUA estão próximos da meta de **inflação** de 2%, mas o banco central norte-americano não deve se apressar em cortar sua taxa básica de juros até que esteja claro que a baixa do índice de preços será sustentada.

Em reação, os rendimentos dos títulos norte-

americanos tiveram ganhos firmes e o dólar disparou ante várias divisas, incluindo o real.

A moeda norte-americana à vista registrou a cotação mínima de 4,8870 reais (+0,42%) às 10h10, para depois escalar até a máxima -- naquele momento -- de 4,9310 reais (+1,32%) às 13h02, logo após a fala de Waller.

No restante da tarde, a divisa ainda renovou novo pico, de R\$ 4,9345 (+1,39%), às 15h54.

"Isso pode gerar algum stop (ordem de parada) na moeda, com o dólar perto dos R\$ 5, sem mudar a ideia de queda de médio prazo", comentou durante a tarde o diretor da consultoria Wagner Investimentos, José Faria Júnior, ao avaliar a alta do dólar na esteira da elevação das taxas dos Treasuries.

No exterior, o cenário cambial era o mesmo: o dólar subia ante todas as demais divisas.

Às 17:16 (de Brasília), o índice do dólar -- que mede o desempenho da moeda norte- -americana frente a uma cesta de seis divisas -- subia 0,69%, a 103,350.

Pela manhã, o BC vendeu todos os 16.000 contratos de swap cambial tradicional ofertados na rolagem dos vencimentos de março. (Reuters)

Banco central norteamericano não deve se apressar em cortar sua taxa básica de juros até que esteja claro que a baixa do índice de preços será sustentada.

**Sítio:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-17-01-2024/>